

Rede pública de saúde: uma rotina de horror e incompetência.

Na maior cidade do País, dois exemplos mostram a falência do sistema implantado pelo Suds: a maioria dos hospitais públicos opera com 50% de capacidade, por falta de recursos humanos e materiais; e boa parte dos hospitais particulares rompeu convênio com a Previdência para não ter prejuízo. **Reportagem de Ligia Kosin** (primeira de uma série).

Com as primeiras contrações, a parturiente espera sua remoção para outro hospital, mas não existe ambulância. O doente, em estado crítico, roda duas, três horas pela cidade, em busca de um hospital que aceite interná-lo. No meio da cirurgia, o paciente necessita de mais sangue e não há estoque. Outra operação está para começar e os médicos verificam que o hospital está sem bisturi e fio de sutura. Com 60% do corpo queimado, o paciente precisa sair de ambulância para fazer os curativos na instituição com atendimento especializado, que não tem vaga para ele, porque onde está internado não existe a especialização em queimados.

Assustador? Tem mais. A cenas como estas pode-se acrescentar os doentes internados e deixados em macas ou no chão dos corredores; a falta de medicamentos básicos, como antibióticos e antiinflamatórios; a escassez de materiais essenciais, como gaze, fita crepe ou roupa de cama; as centenas de leitos desativados por causa da crônica falta de funcionários no setor; os equipamentos obsoletos ou quebrados; as ambulâncias inúteis por falta de peças; os hospitais e postos de saúde com goteiras e infiltrações de água, ratos e baratas.

O atendimento médico público na região metropolitana de São Paulo está em coma. "A situação está caótica e o atendimento, desumano", diz o vice-presidente do Sindicato dos Médicos do Estado de São Paulo, Eurípedes Carvalho. "A população desconhece o que está acontecendo nos bastidores dos hospitais. Só sabe quando eventualmente procura o sistema e vê que ele não funciona", diz.

Salários irrisórios

Suzana de Almeida Silva foi atropelada por uma moto na quinta-feira, dia 4 de janeiro, perto de sua casa, na Vila Sabrina. Com ferimentos nos olhos e na cabeça, ela recebeu os primeiros socorros no mini PS de Vila Maria e foi transferida para o Hospital Municipal do Tatuapé. Ali, ficou internada dois dias no corredor, à espera de uma vaga na enfermaria. "A situação deste pronto-socorro é um absurdo", diz Hilda Gomes, tia de Suzana. "Tivemos que ir à farmácia comprar o remédio que o médico receitou, porque o hospital não tinha. Uma das enfermeiras estava fazendo horário dobrado porque não há funcionários suficientes. Eles fazem o que podem, mas não dá para se virar do avesso."

A maioria dos hospitais públicos da cidade funciona hoje com 50% de sua capacidade, por falta de recursos humanos e materiais. É o caso, por exemplo, do Hospital do Ipiranga (ex-Inamps e atualmente sob o gerenciamento do Suds), onde dois andares inteiros estão desativados devido à falta de funcionários, o que deixa 200 dos 480 leitos da instituição ociosos. Ali, o déficit no setor de enfermagem é de 30%. Também a UTI do Hospital Municipal do Jabaquara, com capacidade para 30 leitos, funciona com apenas oito. Além destes, hospitais como o Heliópolis (Suds) e do Tatuapé (municipal) operam com metade de sua capacidade, devido à reforma total dos prédios.

"Os salários estão tão baixos que os inscritos nos concursos mal chegam ao número de vagas oferecidas", diz Heitor Buzzoni, presidente do CRM (Conselho Regional de Medicina). Um médico do Hospital do Servidor Público Estadual, por exemplo, recebeu NCz\$ 4.660,00 em dezembro, dos quais apenas NCz\$ 2.693,00 serão utilizados para o cálculo da aposentadoria. Pelo plantão que fez no Natal, receberá NCz\$ 1.045,00, que serão pagos apenas em fevereiro.

INPS? Sem vagas.

Mas a escassez de funcionários, embora crônica, não é a única causa do caos no atendimento. De acordo com Buzzoni, cerca de 85% dos hospitais da Grande São Paulo estão nas mãos do setor privado. E estão deixando de atender aos previdenciários por causa dos baixos valores pagos pelo Inamps, sempre com atraso. A consequência imediata é a sobrecarga dos hospitais públicos.

"Eu pago INPS há 20 anos. De que adianta?", pergunta, revoltado, o auxiliar de seguros Melchi Moreira Durães. Na

terça-feira, dia 9, ele cortou e fraturou o pé direito ao cair de um andaime, quando consertava uma das paredes de sua casa. Levado pelos vizinhos à Casa de Saúde de Vila Matilde, perto de onde mora, Melchi levou um susto. "Queriam me cobrar NCz\$ 7 mil pelo tratamento, mesmo sendo previdenciário", conta. A única solução, a seu ver, foi rodar uma hora e meia de carro para chegar ao Hospital Municipal do Tatuapé, onde foi atendido.

Como Melchi, dezenas das 900 a mil pessoas que procuram o Hospital Municipal do Tatuapé diariamente já foram rejeitadas por outras instituições conveniadas. A situação é ainda mais séria quando o hospital é o único do setor público para uma região de 1,1 milhão de habitantes, como é o caso do Hospital Municipal Tide Setúbal, em São Miguel Paulista. Com 200 leitos de internação, o Tide Setúbal necessitaria de pelo menos 4 mil leitos para dar conta da demanda de acordo com o diretor Valdemar Murakami. O hospital é procurado por cerca de 1.200 pessoas por dia mas só tem capacidade para atender a metade. A consequência é uma média de 30 pacientes internados diariamente em macas ou em colchonetes no chão, à espera de vaga na internação ou remoção para outro local.

"Na hora de transferir um paciente é um deus-nos-acuda", conta uma médica. "Perdemos um tempo enorme ao telefone." Nelson, ex-auxiliar de enfermagem e dono de duas ambulâncias para remoção de pacientes, conta que já levou cinco dias para conseguir internar um doente e frequentemente passa por quatro a cinco hospitais públicos e privados até conseguir uma vaga. A situação é ainda pior se o paciente "dá prejuízo", como é o caso de politraumatizados ou queimados, cujo tratamento e período de internação são muito longos.

"Reboqueterapia"

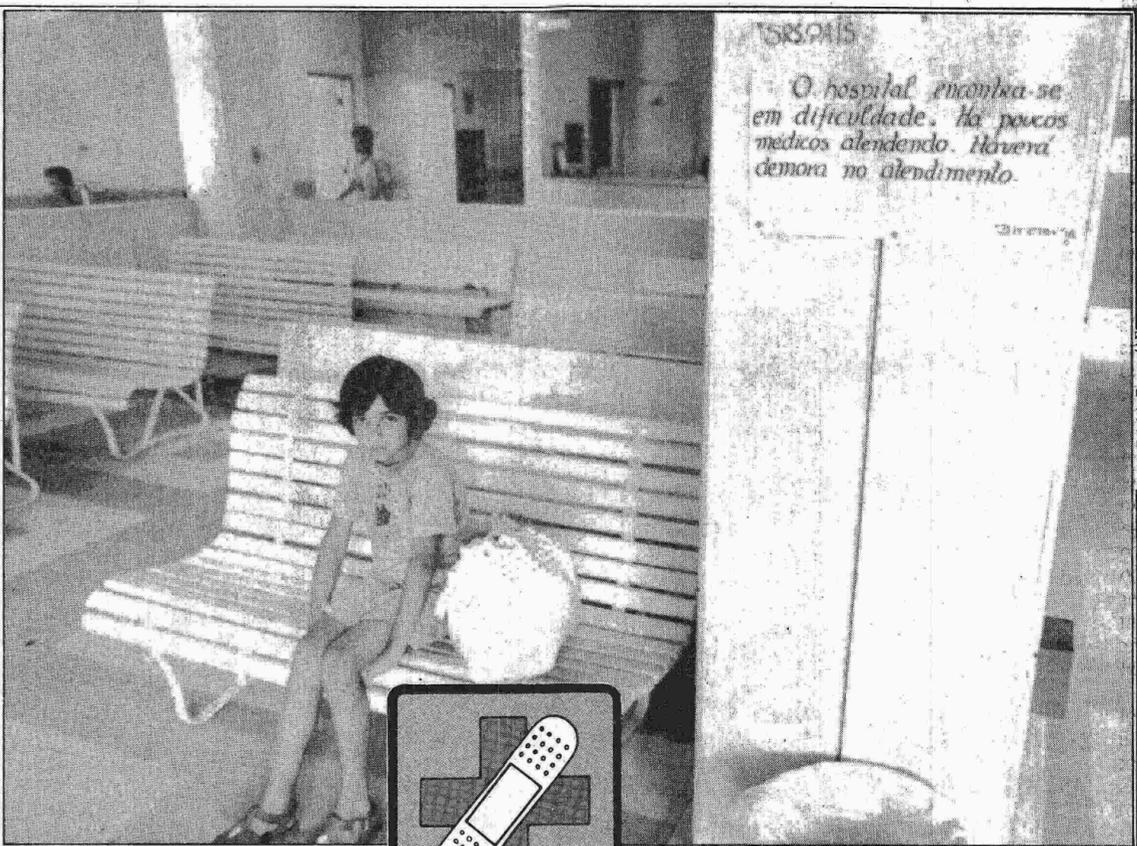
No troca-troca das remoções, alguns hospitais acabam mais superlotados que outros. São aqueles para onde são mandados, como último recurso, os pacientes que já rodaram a cidade e não foram aceitos em outros locais. É o caso, por exemplo, da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo e do Hospital das Clínicas. O último já chegou a ter 80 pacientes em macas nos corredores do pronto-socorro. E eles não vêm apenas da Grande São Paulo, mas também do Interior. "Os municípios vizinhos têm como sistema de saúde a reboqueterapia", explica Buzzoni. "Eles gastam a verba na compra de ambulâncias e mandam o paciente para os hospitais da capital."

Muitas vezes, porém, não há sequer ambulância para remover o doente — nem para resgatá-lo. Hoje, grande número de pacientes ainda é transportado aos hospitais por viaturas policiais. A Secretaria de Saúde do Município tem uma frota de 150 ambulâncias para o serviço de remoção e resgate mas apenas 110 estão funcionando. Algumas têm quase 20 anos.

No Suds, a situação não é melhor. Israel, motorista de uma ambulância do Hospital Zona Sul (Suds), de Santo Amaro, conta que todos os carros do Estado "estão um lixo". O veículo que dirige, por exemplo, está sem sirene e sem oxigênio — e em péssimas condições de conservação. Na terça-feira, dia 16, a suspensão traseira do carro quebrou na avenida Alcântara Machado, na Mooca, quando Israel transportava uma paciente com tumor na cabeça. "Só não bati por sorte", diz Israel. A espera do guincho, ele teve de pedir a outra ambulância que passava que levasse a paciente ao hospital.

Os postos? Inúteis.

Com um mês de vida, a pequena Cristina teve pneumonia e ficou internada num hospital em Guarulhos, o único com vaga, na época. Agora, aos três meses, continua com "o peito atacado" e com manchas pelo corpo, segundo a mãe, Lilian da Silva



A aflição da espera e o aviso do hospital

Cândido Fontana: "Há poucos médicos atendendo".

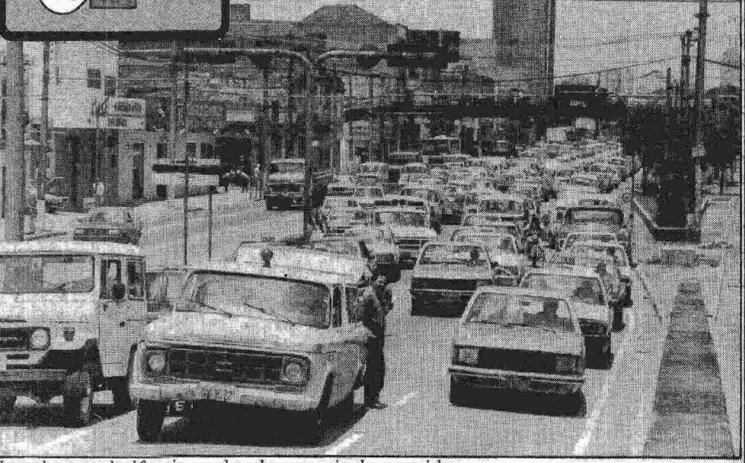
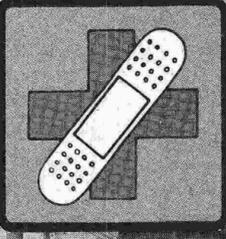
Fernandes. As 6h30 da terça-feira, dia 16, ela levou a filha ao posto de saúde Jardim Iva, onde mora, para ser informada de que não havia pediatra para atendê-la. Voltou às 11 horas e obteve a mesma resposta. Quis marcar consulta e também ouviu um "não". Acabou indo para o Hospital Infantil Cândido Fontoura, na Penha, a 30 minutos de sua casa. "É a última vez que me fazem de bobá. No posto nunca tem médico. Quando tem, eles mal examinam", reclama.

"O atendimento ambulatorial no sistema público está falido", diz o presidente da APM (Associação Paulista de Medicina), Celso Guerra. "Os médicos não se animam a trabalhar tão longe com o salário que ganham. E a população vai para os pronto-socorros, onde sabe que será atendida." Buzzoni, do CRM, concorda: "De 80 a 90% dos problemas de saúde poderiam ser resolvidos nos postos de assistência médica. Mas eles são inúteis, servem apenas para pesar bebês".

Sem investimentos

Na opinião dos profissionais ligados à área, a Saúde vai mal por falta de investimentos. "O Brasil investe apenas 3,8% do PIB em Saúde, quando a média de outros países é 8%", lembra Carvalho, do Sindicato dos Médicos. "Gasta-se pouco e mal", critica Buzzoni. Todos são unânimes: a situação nunca foi tão ruim como é hoje.

Para o secretário municipal de Saúde, Eduardo Jorge, a falta de investimentos no setor, "que começou há décadas", agravou-se de 1987 para cá. De acordo com ele, de cada NCz\$ 100,00 aplicados em Saúde pelo Ministério da Previdência, em 1987, NCz\$ 8,09 eram destinados ao Estado de São Paulo e destes NCz\$ 2,83 para o setor público. Em 1989, estas verbas sofreram um corte de 16,29%, ou seja, os NCz\$ 100,00 passaram a valer apenas NCz\$ 83,71, dos quais só NCz\$ 4,23 foram destinados a São Paulo e NCz\$ 1,27 para o setor governamental. "O setor público no Estado sofreu neste período um corte de 55,12% nos gastos federais com Saúde", diz.



Israel e a ambulância quebrada no meio da avenida

Um déficit de mais de 21 mil leitos

Existem hoje no Município de São Paulo 22.809 leitos em 109 hospitais gerais públicos e privados, segundo a Secretaria Estadual de Saúde. A OMS (Organização Mundial de Saúde) recomenda um índice de quatro leitos por mil habitantes e, se for considerada uma população de 11 milhões de pessoas para a cidade, o Município de São Paulo tem, hoje, um déficit de 21.191 leitos.

Mas, segundo o secretário de Higiene e Saúde do Município, Eduardo Jorge, a situação é pior. "Os leitos estão mal distribuídos, com prejuízo para as áreas periféricas e grande parte deles é ocupada por pessoas que vêm dos municípios que compõem a Grande São Paulo e também do Interior." Assim, enquanto as áreas centrais registram uma média de 8 leitos por mil habitantes, nas regiões periféricas esta taxa cai para 0,2 leito por mil — caso, por exemplo, de São Miguel Paulista. Em São Mateus e Campo Limpo, salienta o secretário, o índice é de quase zero leito por mil habitantes. De modo geral, o coeficiente

de leitos é menor que 1,8 por mil nas regiões de Campo Limpo, Freguesia do Ó, Itaquera/Gauianases, São Miguel, Vila Maria, Vila Guilherme, Penha, Pirituba/Perus, Santo Amaro e Vila Prudente, que concentram 64% da população do município, mas apenas 18,6% dos leitos. Nas áreas centrais, como Sé, Santana, Vila Mariana, Lapa e Pinheiros, onde vivem 26,4% da população, estão 72,4% dos leitos.

Segundo dados da Secretaria Estadual de Saúde, a área do Município de São Paulo concentra 353 postos de saúde, inclusive minipostos e postos de maior porte), dos quais 212 da rede estadual, 124 sob responsabilidade da rede municipal e 17 que eram do Inamps e estão sob o gerenciamento do Estado. Esse total equivale à média de um posto para 31.161 habitantes. De acordo com cálculos da secretaria, o ideal seria uma Unidade Básica de Saúde — posto de maior porte, com ambulatórios divididos por especialidades médicas — para cada 20 mil habitantes.

Obras, há. Mas o que fazer com elas?

No ano passado, a Secretaria Municipal de Saúde concluiu dez UBS (Unidades Básicas de Saúde), três minipostos de atendimento e três prontos-socorros, mas, destes, apenas sete foram abertos à população, com quadro de pessoal incompleto. Os outros estão desativados, à espera da contratação de funcionários, que deve acontecer ao longo do primeiro semestre deste ano, segundo o secretário Eduardo Jorge.

Em fevereiro, a Secretaria promete entregar o Pronto-Socorro do Hospital de Campo Limpo, há cinco anos em construção. Quando concluído, o hospital oferecerá 300 leitos à população. O PS do Hospital Ermelino Matarazzo, do mesmo porte, deverá ser entregue em maio. Além destes, a Prefeitura está construindo quatro hospitais de menor porte no Jardim Iva, Jardim Sara, Vila Nhocuné e Vila Maria. Dentro do Programa Metropolitano de Saúde — pelo qual os estabelecimentos são construídos pelo Estado com verba do Banco Mundial e repassados para o gerenciamento do município — estão sendo construídas 19 UBS e cinco hospitais.

Para a segunda fase do programa, iniciada no segundo semestre do ano passado, estão previstas 158 UBS, com prioridade para as regiões de Santo Amaro, que receberá 38 unidades, Itaquera e Vila Prudente, com 22 unidades cada e Mandaqui, com 18 unidades. A Secretaria Estadual de Saúde tem ainda oito hospitais em construção, em Vila Alpina, São Mateus, Guaianazes, Itaim Paulista, Parada de Taipas, Vila Penteadado, Grajaú e Pedreira.



Rede pública: longas esperas e atendimento deficiente.